

Sobre a diversidade de sentidos de comunidade

Rosalina Carvalho da Silva

Cristiane Paulin Simon

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP)

RESUMO

Nosso objetivo neste trabalho foi realizar algumas reflexões sobre as implicações da expansão do uso do termo comunidade e sua diversidade de sentidos. Pretendemos discutir os usos indiscriminados do termo nem sempre acompanhados da devida reflexão e crítica. A partir das perspectivas da sociologia, saúde e psicologia social identificamos que o termo ainda permanece arraigado aos ideais de comunidades naturais próprios aos períodos do feudalismo e do pós-revolução industrial. Esta concepção pode camuflar formas impositivas de trabalho em muitos dos quais o termo comunidade é empregado praticamente como sinônimo de população-alvo e participação comunitária é vista meramente como frequência às atividades propostas por profissionais que determinam quem são as comunidades. Comprometem-se assim, as práticas emancipatórias. Para repensarmos comunidades, hoje, consideramos necessário relevar os aspectos processuais relacionais, dialógicos e identitários em constantes mudanças. Assim, a condição de comunidade extrapola a delimitação geográfica para as possibilidades de pertencimento e participação através dos espaços simbolicamente delimitados.

Palavras-chave: Comunidade; participação comunitária; processos relacionais.

ABSTRACT

About the diversity of community meanings

Our objective in this work was to reflect on the implications about the use of the term community and its diversity, arguing the indiscriminate use of the term not always accompanied of the proper reflection and criticism. On the scope of sociology, health and social psychology, the term community still remains associated to the idea of natural communities of the feudalism and post-industrial revolution periods. This conception can hide non-democratic professional interventions, in which the term community is used practically as synonym of population-target; and community participation merely as frequency to the proposed activities. Only the professionals make the definition of community. In this way, they give no opportunity to real emancipatory practices. Nowadays, to rethink communities is necessary to consider the processual aspects: relational, dialogic, and identity aspects which are in permanent change. Thus, the community idea extrapolates geographical delimitation for inclusion of participation possibilities through symbolically defined spaces.

Key words: Community; community participation; relational processes.

INTRODUÇÃO

Comunidade é um termo que pode ter múltiplos sentidos, sempre dependentes do referencial de quem os emprega, mesmo que este não seja explicitado, e do contexto em que é utilizado. Tornou-se assim aquilo que Dubar (2002) chama de *palavra-maleta* na qual cada um projeta suas crenças, seus estados de ânimo e suas posições, de maneira semelhante ao que ocorre com o termo identidade.

O problema que se coloca com a utilização não contextualizada do termo é que ele pode camuflar formas impositivas de definições de trabalho e de suas populações-alvo.

As principais concepções subjacentes aos diferentes sentidos atribuídos ao termo parecem ainda estar associadas às idéias de comunidade caracterizadas pelos laços sangüíneos, pelo entendimento comum “natural”, pelas tradições de um povo, tribo e ou família, enfim, um grupo de pessoas, geograficamente delimitados, que compartilhavam interesses em comum sem que estes precisassem ser explicitados ou discutidos para se chegar a um consenso. Como descrito por Bauman (2003):

O entendimento ao estilo comunitário, casual, não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já ‘está lá’, completo e pronto

para ser usado – de tal modo que nos entendemos ‘sem palavras’ e nunca precisamos perguntar, com apreensão, ‘o que você quer dizer?’ O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união... (Bauman, p.15, 2003).

Esta concepção é característica do feudalismo e é exaltada durante o período pós-revolução industrial como a antítese da sociedade, no clássico estudo de Ferdinand Tönnies *Comunidade e Sociedade*, publicado originalmente em 1887 (Tönnies, 1963). Nesse trabalho o autor diferencia comunidade de sociedade em termos das delimitações geográficas, rural e urbano, bem como, em termos de princípios, coletivos e individualistas.

Esta mesma concepção de comunidade continua a ser utilizada de forma a-crítica, atemporal e a-histórica. Presenciamos uma apropriação e transposição de concepções características de um momento histórico-social do final do século XIX durante todo o século XX e início do século XXI. São raros os questionamentos sobre o uso do termo comunidade, sendo que estes poucos começam a aparecer, principalmente, no final do século XX.

Por mais que seu uso tenha sido ampliado, esta expansão não foi acompanhada da reflexão, crítica e da necessária contextualização em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos.

O que podemos apreender com isso é que o conceito de comunidade parece imune as transformações sociais, econômicas, culturais, políticas; aos avanços tecnológicos, as reconfigurações de tempo e espaço.

Na psicologia, o termo comunidade, durante os anos 60 e 70, passou a ser empregado no contexto da emergência de um novo campo de atuação, a psicologia comunitária. Foi, então, utilizado para representar todas as práticas realizadas fora do contexto da clínica e instituições (Sawaia, 1996). E, como acrescenta Freitas (1996), caracterizava e enfatizava a saída da psicologia do contexto clínico e das abordagens individualistas.

Este foi um movimento que ocorreu em diferentes partes do mundo de forma similar em sua origem e representação, entretanto, também envolveu as especificidades das diversas realidades dos países e regiões (Prilleltensky e Nelson, 2003).

Entretanto, também na psicologia comunitária, mudanças ocorreram e, portanto, faz-se necessário rever como temos utilizado este termo em nossas práticas, enfim em nosso cotidiano profissional.

Constatar a diversificação dos sentidos atribuídos ao termo comunidade ao longo dos anos, mas restritos

a uma única concepção não significa adotar um posicionamento crítico e reflexivo que julgamos necessários. A pura constatação não é suficiente para nos mobilizar, não implica em práticas comprometidas com as questões coletivas que afligem individualmente as pessoas.

Os diversos sentidos escondem a homogeneidade da concepção de comunidade ainda arraigada ao paradigma positivista de ciência que impede a concretização da diversidade, das implicações morais e éticas subjacentes à falsa idéia das posições dicotômicas, tão presentes na herança deixada por Tönnies: comunidade-sociedade.

Consideramos relevante, iniciarmos uma discussão sobre as implicações e as possíveis explicações para esta ausência de questionamentos referentes ao termo “comunidade”. Será que temos considerado o termo tão inofensivo, natural que sua discussão se torna irrelevante?

Mas, qual seria a implicação desta ausência de questionamentos, em termos do nosso compromisso ético e social tão presente em nossas discussões dentro da perspectiva da ciência pós-moderna?

Como podemos ignorar a necessidade desta reflexão se vivemos um momento de quebra das fronteiras geográficas, da diminuição da relação tempo e espaço, do culto ao individualismo e a autonomia, entre tantas outras transformações?

E, em termos da psicologia comunitária, será que ainda se faz necessário continuarmos a usar o termo para caracterizar nossas práticas em contextos além dos consultórios e das instituições? Hoje, o que entendemos por comunidade em psicologia comunitária?

Não temos a pretensão de responder a todas estas questões, mas temos a intenção de iniciar esta discussão, trazer elementos que possam nos ajudar neste processo.

Nossa questão central não é discutir a substituição de determinadas concepções de comunidade por outras, mas sim, compreender as concepções subjacentes à adoção dos diferentes critérios do emprego do termo comunidade; o que estas definições nos informam, que pressupostos estão subjacentes a estas concepções; que expectativas de participação se constroem a partir disto; e, quais as implicações destes usos.

POSSÍVEIS MOTIVOS PARA O USO FREQUENTE DO TERMO COMUNIDADE

Como relatado anteriormente, identificamos que nos relatos referentes às práticas desenvolvidas fora dos contextos institucionais, pouca atenção tem sido dada à definição do termo comunidade (Jewkes e Murcott, 1996; Sawaia, 1996; Cronick, 2002). Muitas

vezes, empregamos o termo, no cotidiano de nossas práticas, sem problematizá-lo, sem refletirmos sobre o que tem representado para nós, profissionais. Isto talvez ocorra porque temos partido do pressuposto de que é um termo consensual, que quando utilizado ocorra um compartilhamento dos mesmos significados e sentidos. Porém, basta nos determos nos relatos de trabalhos que empregam os termos comunidade e participação comunitária para percebermos que os seus significados são muito diversos. Discutir os diferentes sentidos de comunidade e conseqüentemente o que se considera participação comunitária é ao nosso ver muito importante para a diferenciação de trabalhos comprometidos ou não com ações sociais emancipatórias.

COMUNIDADE COMO SAUDOSISMO

Comunidade pode ser um termo muito utilizado talvez porque ele nos remeta a algo que parece bom em si, que compreende boas intenções dos profissionais que se dispõem a trabalhar com o tema. Pode então estar associado a profissionais que estejam preocupados com questões de relevância social.

Podemos ter uma impressão de que um trabalho seja bom, relevante socialmente, simplesmente por ele indicar como intenção atingir a comunidade. Isto pode ocorrer pelo efeito que o termo tem sobre nossas percepções. Para Bauman (2003) a palavra comunidade pode carregar uma carga positiva, afirma o autor:

... As palavras têm significados: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra 'comunidade' é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que 'comunidade' signifique, é bom 'ter uma comunidade', 'estar numa comunidade'... Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa... 'Comunidade' produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra 'comunidade' carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar mas que não alcança mais (Bauman, 2003, p. 7).

O termo comunidade, segundo Sawaia (1996), adotado em trabalhos da psicologia e de outras áreas, parece que ainda é muito empregado no sentido atribuído por Tönnies, conforme as palavras de Sawaia (1996):

... Comunidade era entendida como unidade consensual, sujeito único e homogêneo, lugar de gerenciamento de conflito e de mudanças de atitude. Sua prática visava a união de esforços entre povo e autoridade governamental para melhorar as condições de vida de comunidades e através delas, integrar a sociedade nacional, construindo a pros-

peridade do país. E sua delimitação era espacial/geográfica (Sawaia, 1996, p. 45).

Esta concepção utópica de uma comunidade confere, à mesma, características de unicidade, homogeneidade e seria assim, praticamente, a antítese de sociedade e do individualismo. A dicotomia entre os valores individualistas e coletivistas, encontrados respectivamente, segundo Tönnies, no espaço urbano e rural. Assim, o uso mais freqüente do termo "comunidade", de tempos em tempos, apareceria como uma utopia a ser buscada como uma estratégia para enfrentar a sobreposição dos valores individualistas atribuídos, hoje em dia, aos processos de globalização. Entretanto, esse emprego pode estar ocorrendo mais por uma utopia saudosista ou até mesmo como um lamento pela sensação de tranquilidade perdida, sem nenhum comprometimento com ações transformadoras (Sawaia, 1996; Nilsen, 1996; Bauman, 2003).

Essa tendência não ocorre somente nos momentos atuais. Os estudos nas áreas de sociologia e antropologia social, principalmente, na década de 50 e 60, como descritos por Jewkes e Murcott (1996), Nilsen (1996) e Sawaia (1996), também demonstravam este mesmo direcionamento. Tanto nos estudos empíricos como nos teóricos sobre as comunidades, o alvo parecia ser o mesmo, a busca pela comunidade perdida numa alusão ao paraíso perdido. Biddle (1972) chamava atenção para o fato das definições sociológicas de comunidades referirem-se às estruturas tais como reuniões de moradores de determinados bairros ou povoados, grupos de vizinhança, ou outras do tipo, deixando de lado as definições de comunidade dadas pelos próprios conjuntos que se identificam como comunidades.

Bauman (2003) ilustra bem essa espécie de saudosismo:

... Sentimos falta da comunidade porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer... A insegurança afeta a todos nós, imersos que estamos num mundo fluido e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, mas cada um de nós sofre a ansiedade por conta própria, como problema privado, como resultado de falhas pessoais e como desafio ao nosso *savoir faire* e à nossa agilidade. Somos convocados, como observou Ulrich Beck com acidez, a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas; procuramos a salvação individual de problemas compartilhados (Bauman, 2003, p. 129).

É possível que se esteja buscando naquilo que chamamos de comunidade, os valores considerados como

“naturais” a ela, como: a solidariedade, a cooperação, o compartilhamento de necessidades e interesses, a justiça social, o fortalecimento das pessoas em relação ao seu poder de decisão e de influenciar a tomada de decisões, a consciência crítica, e a mudança social emancipatória, a possibilidade de construção de concretização de projetos individuais através dos projetos coletivos. Buscamos dar visibilidade aos problemas compartilhados, a condição marginal em que vários grupos se encontram. Enfim, a comunidade é um espaço que “pode” nos possibilitar a construção, reconstrução de nossas identidades, nossa subjetividade, a partir das relações intersubjetivas. Ainda na mesma direção, Rorty (1996) afirma que os seres humanos reflexivos tentam dar um sentido às suas vidas situando-as em contextos mais amplos, de duas maneiras principais. Em ambas seria narrando o relato de suas vidas referidas a uma comunidade. Seja referida a uma comunidade real, na qual as pessoas vivem ou longinquamente viveram, ou referindo-se a outras imaginárias.

Mas, se por um lado muitos dos trabalhos, que se referem à comunidade, podem apenas expressar um certo saudosismo ingênuo, por outro lado, outros trabalhos empregam o termo sem nenhum comprometimento com auto-identificação de seus componentes e o que se esperaria de suas participações no processo.

COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NOS PROGRAMAS DE SAÚDE

Muitos trabalhos não definem ou problematizam o termo comunidade, mas pela leitura dos relatos das experiências pode-se depreender que sentidos estão sendo dados a ela, tomam rumos muito diferentes do tom saudosista que pode ser atribuído à comunidade. Tomando como exemplo, as experiências de programas de saúde desenvolvidos na “comunidade”, podemos identificar casos emblemáticos dos usos e abusos do termo. Participação comunitária tornou-se um conceito chave nos programas de saúde após a Declaração de Alma Ata de 1978 (Ministério da Saúde, 1999a). A declaração ressaltava a necessidade da participação dos membros de uma comunidade no delineamento das ações e na tomada de decisões sobre os serviços de saúde (Woelk, 1992; Jewkes e Murcott, 1996; Zakus e Lysack, 1998). Esta idéia foi revigorada na década de 80 com a Carta de Ottawa publicada em 1986 (Ministério da Saúde, 1999b) sobre promoção de saúde, através dos conceitos de fortalecimento (*empowerment*), construção de capacidades e desenvolvimento comunitário (Schawb e Syme, 1997).

A inclusão da participação comunitária como estratégia privilegiada dos programas de saúde representou um grande avanço para a saúde pública. Representou, também, a adoção de uma concepção mais ampla de saúde ao incluir as questões sociais e econômicas como fatores importantes no processo saúde-doença. As expectativas em relação ao uso desta estratégia, na promoção de saúde, pautavam-se nas expectativas de que a população se envolvesse nos processos de tomada de decisões em relação aos serviços de saúde; na definição das prioridades para os serviços de saúde; e que a população identificasse suas próprias necessidades e os recursos para enfrentá-las, a partir da sua própria perspectiva em parceria com os profissionais de saúde. Acreditava-se também, que a participação comunitária poderia ser uma forma de corrigir iniquidades em saúde (Kelly e Van Vlaenderen, 1994; Boyce, 2001). Apesar disso, pode-se observar que vários estudos que empregam os termos promoção de saúde e participação comunitária têm para estes termos sentidos bem diferentes das suas proposições iniciais. Para exemplificar esses outros sentidos, comumente atribuídos à comunidade, podemos citar o estudo de Simon (2003). A autora analisando a descrição de doze programas durante as décadas de 70, 80 e 90 relatados na literatura, que apresentavam como objetivos a promoção de saúde na comunidade observa que: comunidade é subentendida pelos profissionais de saúde, prioritariamente, como população-alvo por formarem um conjunto de pessoas que habitam uma dada região espacial ou geográfica e apresentam determinados fatores, padrões comportamentais ou de herança genética, que podem colocá-las em risco de adoecimento. Comunidade seria assim o conjunto de pessoas detectado como potencialmente exposto a alguns tipos de riscos à saúde e que assim é transformado em população-alvo. Desta forma, comunidade é um termo frequentemente empregado quase como sinônimo de população-alvo. Quem define comunidade são, portanto, os profissionais a partir dos seus saberes assimetricamente superiores aos da população alvo. A partir dessa visão, a maioria dos programas considera participação comunitária as frequências das pessoas dessas populações às atividades propostas pelos profissionais. A autora observa ainda, que praticamente só um dos programas analisados relata ter realizado reuniões com os componentes, da população eleita, para a definição do que deveria ser ou não priorizado pelo programa e como as pessoas poderiam envolver-se efetivamente com as propostas. É interessante notar também que a maior parte desses programas, em questão, tinha como intenção trabalhar a saúde da comunidade através da modificação de seus estilos de vida. Esse tipo de observação nos faz levar em conta que em boa

parte dos trabalhos que se dizem comunitários quem define o que é comunal é um conjunto de profissionais que a partir de seus saberes: caracterizam o que seriam as comunidades, quais seus problemas e que soluções seriam as indicadas para os mesmos. Não é nenhuma surpresa que muitos trabalhos, que assumem esses pressupostos de comunidade e de participação comunitária, queixarem-se da falta da adesão da população aos seus propósitos. Os sentidos de comunidade, identificados nos relatos dos programas investigados por Simon (2003) nos remetem às idéias de comunidade, problematizadas anteriormente, como uma unidade em que os objetivos, interesses e necessidades são vistos, de maneira simplista como comuns. Nesta concepção, não há espaço para a diversidade, para as idiosincrasias, para o individual; apenas, para o coletivo, entendido como homogêneo. Sintetizando, a autora comenta que as características da participação comunitária nesses programas são, praticamente, determinadas e impostas pelos profissionais e suas centralidades estão na frequência às atividades definidas *a priori*.

Zakus e Lysack (1998) enfatizam que a principal dificuldade para se alcançar os benefícios da participação comunitária tem sido como ela tem sido entendida tanto pelos profissionais como pela própria comunidade.

SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Os termos que empregamos, para indicar nossas posições ou intencionalidades, são datados e têm história. Isto, por si já é uma justificativa para que estes passem por revisões periódicas.

No caso da Psicologia Comunitária parece ainda mais premente que se faça essa discussão uma vez que o termo Comunidade tem vários outros sentidos, na atualidade, nos quais nem se pensava na época em que ele passou a ser empregado pela Psicologia.

Evidentemente que a psicologia comunitária não pode mais ser compreendida apenas pelo fato do psicólogo trabalhar junto a pequenos lugarejos ou comunidades definidas por sua localização geográfica.

Esta concepção caracterizou a emergência deste novo campo de atuação na psicologia, durante as décadas de 60 e 70, a psicologia comunitária, em diversas partes do mundo (Prilleltensky e Nelson, 2003). Até então, comunidade era um conceito praticamente ausente na Psicologia e:

... aparece como referência analítica apenas nos anos 70 quando um dos ramos da psicologia social se auto qualificou de comunitária. Assim fazendo, definiu intencionalidade e destinatários para apre-

sentar-se como ciência comprometida com a realidade estudada, especialmente, com os excluídos da cidadania (Sawaia, 1996, p.35).

O emprego do termo comunidade não foi um processo específico da psicologia social. Fez parte de um movimento mais amplo de avaliação crítica do papel das ciências humanas e sociais e, por conseguinte, do paradigma da neutralidade científica, desencadeado nos anos 60.

Para Sawaia (1996) a inclusão deste conceito na psicologia constituiu-se em algo importante para a disciplina pois representou a opção por teorias críticas que tinham por objetivo a interpretação do mundo com a intenção de transformá-lo. Entretanto, com o emprego frequente e pouco contextualizado do termo comunidade, ele passa a ter usos demagógicos. Afirma a autora:

Devido à diversidade de significado, e ao uso demagógico da palavra comunidade... é preciso refletir sobre esse conceito, nas suas múltiplas significações e esclarecer o enfoque adotado sob pena de cometer falhas e interpretações falsas, especialmente, hoje, quando a maioria dos profissionais da saúde e das ciências humanas dizem estar trabalhando nas e com as comunidades (Sawaia, 1996, p. 36).

Quando um termo é empregado em tantos contextos que não se consegue mais vislumbrar os seus significados e intencionalidades iniciais, nem os novos, é necessário que ele seja revisto.

A denominação psicologia comunitária já sofreu mudanças. A esse respeito Freitas (1996) tem a seguinte apreciação. A Psicologia Comunitária passa a ser chamada na América Latina por psicologia social-comunitária por utilizar-se dos enquadres teóricos da psicologia social, diferenciando-se de práticas assistencialistas ligadas principalmente aos serviços de saúde.

Para Montero (2000):

Na América Latina a Psicologia social-comunitária nasce a partir da inconformidade com uma psicologia social que se situava, predominantemente baixo o signo do individualismo e que praticava com rigoroso cuidado a fragmentação, que não era capaz de dar respostas aos problemas sociais, produzindo vias de ação para neles intervir. É, também, uma psicologia que olha criticamente, desde seu início, as experiências e práticas psicológicas e ao mundo em que surgia e cujas circunstâncias devia lidar (Montero, 2000, p. 70).

A Psicologia Social Comunitária, como tantas outras áreas de atuação profissional, passa também por

revisões que são sempre necessárias para dar conta das mudanças gerais que ocorrem nas diversas esferas da vida.

Como afirma Campos (1996) no início nas experiências de “psicologia comunitária”, comunidade referia-se aos trabalhos realizados em “...bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos populares em geral” (Campos, 1996, p.9). Mas, é evidente que comunidades não podem ser mais unicamente entendida assim. Como afirma Bauman (2003) é necessário diluir a dicotomia arraigada ao termo comunidade, associada aos valores individuais e coletivos. Para Sawaia (1996) “...comunidade, mais do que uma categoria científico-analítica, é categoria orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo é extremamente sensível ao contexto social em que se insere...” (Sawaia, 1996, p. 50).

As diversas concepções de comunidade aqui apresentadas sob a perspectiva da saúde, sociologia, antropologia e psicologia permanecem fundamentadas nas idéias de homogeneidade e unicidade, o que lhe nega o caráter processual e contextual.

O problema central é que muitos trabalhos têm por pressuposto a comunidade como uma entidade natural igual às comunidades da época do feudalismo, denominadas de “naturais”. Desta forma, alguns pensam que os vínculos, os sentimentos de pertença, de compartilhamento de interesses e necessidades, de solidariedade, cooperação, já estão presentes no cotidiano das pessoas e que se revelarão a partir do momento em que colocamos as pessoas juntas sob o critério de semelhança por nós definidos.

Desse modo, mesmo quando as propostas de trabalhos envolvam práticas democráticas, ainda sim, a delimitação do que seja comunidade tem permanecido sob o domínio dos profissionais.

Isto não quer dizer que não possamos estabelecer um ponto de partida para nossas pesquisas e outras atuações profissionais, entretanto, ele não pode ser estático, inflexível, intransponível. Se assim o for, cerceamos as possibilidades de outras configurações de comunidade que poderão ou não ser estabelecidas a partir dos espaços simbólicos e concretos da vida cotidiana das pessoas envolvidas.

O QUE PODERÍAMOS CONSIDERAR COMUNIDADE?

Mas, então, o que poderíamos considerar comunidade? Certamente a busca deve ser a partir de uma outra concepção de comunidade, ampliada e reflexiva, que não se restrinja à idéia de contraposição entre rural e urbano, indivíduo e sociedade de Tönnies ou então de localização geográfica, ou até mesmo por

características definidas a priori por pessoas externas à suposta comunidade.

Dubar (2002) também considera que estes tipos de comunidades, mais essencialistas, praticamente não mais existam. São as formas relacionais mais antigas e estavam ligadas às crenças de agrupamentos considerados como sistemas de lugares e denominações pré-designados aos indivíduos. Comunidades que se reproduziam identicamente ao largo das gerações, nas quais cada indivíduo tinha suas formas de pertença das quais derivavam as suas identidades. Essas comunidades davam origem às formas identitárias essenciais. Para o autor as formas societárias mais recentes supõem a existência de coletivos múltiplos, inconstantes e efêmeros as quais os indivíduos aderem por períodos variáveis e limitados e que proporcionam recursos de identificação que se apresentam de maneiras diversas e provisionais. Assim, nessas formas societárias podemos fazer parte de coletivos múltiplos. Essas formas societárias designam relações sociais baseadas em compromissos ou coordenações de interesses motivados reacionalmente, em valores ou finalidades. Formam-se alianças por interesses e compromissos, e relações múltiplas. Formam-se pactos e racionalidades para a busca de melhores formas de vida.

Talvez o caminho para compreensão do que seriam as comunidades, hoje, deva ser repensada a partir de relações contextuais e processuais como sugerem diversos autores tais como, Nilsen 1996; Petersen e Lupton; 1996; Sawaia; 1996; Cronick, 2002; entre outros.

Temos que lembrar também, como afirmam Gergen e Gergen (2000) que vivemos uma intensa revolução tecnológica que torna cada vez mais populares e acessíveis os mais diversos meios de comunicação. Inclui-se aí telefone, o rádio, a televisão, o automóvel, sistemas de transporte coletivos, a aviação, as matérias publicadas na imprensa, e a comunicação computadorizada. Para os autores, com a proliferação acelerada e global das tecnologias, de comunicação em particular, os processos de significação também são acelerados. Valores, atitudes e opiniões são todos sujeitos a rápidas oscilações, e com eles os processos relacionais.

Os meios de comunicação facilitam o crescimento das comunidades de diálogo. A “internet” serve como um contexto significante para tal. Os mesmos autores citam, por exemplo, os milhares de grupos políticos, religiosos, étnicos e centrados em valores que oferecem agora “sites” que informam e convidam à participação. As comunidades de diálogo podem unir entre si desde comunidades de neonazistas até a de Druidas, por exemplo. Além disso, para muitas pessoas que não podem fisicamente estar em contato com outros com

os quais compartilham interesses vitais, os intercâmbios mediados pelo computador são altamente desejáveis. Ampliam suas possibilidades de desenvolvimento.

Com a disponibilidade da “internet”, os potenciais para se conferir visibilidade e comunicação efetiva são aumentados exponencialmente. Gergen e Gergen (2000) trazem uma ilustração destes potenciais citando o movimento revolucionário do proletariado no estado mexicano de Chiapas. Este grupo poderia ter sido erradicado pela milícia governamental, mas sua habilidade em levar seu caso a uma audiência global através da “internet” alterou radicalmente suas circunstâncias políticas. Numerosos grupos através do mundo ofereceram auxílio, comunicação intensa foi direcionada aos oficiais do governo mexicano, e as diretrizes governamentais foram significativamente limitadas pela opinião pública. Para os autores, são precisamente tais esforços que os estudos das ciências sociais atuais deveriam facilitar como, por exemplo, a criação de novas condições de intercâmbio que poderiam propiciar novos sentidos de perspectivas possíveis.

Segundo Petersen e Lupton (1996), as estratégias de trabalhos centradas na idéia de comunidade baseada na localidade, impõe uma identidade de comunidade que nega outras possibilidades de construções identitárias que transcendam os espaços físicos, principalmente, se pensarmos no avanço tecnológico e as novas formas de comunicação, descritas anteriormente, como a “internet”. Por exemplo, as formas identitárias por gênero, classe social, etnia, raça, entre outras. As pessoas não precisam estar no mesmo local para formarem uma comunidade. Os autores salientam que a idéia de comunidade é útil para aqueles que necessitam dar visibilidade para sua identidade. São grupos, geralmente, que estão em desvantagens ou são marginalizados.

Isto não quer dizer que os autores são totalmente contra a identidade da comunidade definida pela localidade. A principal crítica que os autores fazem a esta definição, é que geralmente, ela é imposta, desconsiderando as identidades já existentes. Além disso, ao lidar com os problemas no nível local, questões mais amplas que influenciam diretamente a localidade, são ignoradas, como as relações de poder assimétricas, as influências das estruturas macro-sociais e extranacionais, as disparidades regionais na distribuição da riqueza, os desequilíbrios do mercado, racismo, desemprego, práticas de exploração do trabalho. Entretanto, para Petersen e Lupton (1996) ao trabalhar dentro desta concepção, não se pode pressupor que exista uma identidade compartilhada de interesses entre as pessoas. É necessário considerar os aspectos processuais dialógicos e identitários em que as relações são

construídas, e que mudam através do tempo e espaço. É necessário relevar que as pessoas já pertencem a comunidades, independente do local em que vivem, e portanto, que as identidades são definidas por várias outros pertencimentos a outras “comunidades”. Estes, então, são os principais pontos levantados pelos autores para se trabalhar a partir da concepção de comunidade.

Com isso, se não são as localidades e as características pessoais que garantem a condição de comunidade, podemos pensar que talvez sejam as possibilidades de pertencimento e participação em espaços delimitados simbolicamente na busca de melhores formas de vida. Espaços estes definidos pelo compartilhamento de interesses individuais que através das relações estabelecidas nestes espaços se configuram também em interesses e objetivos coletivos. O caráter coletivo, no entanto, não induz a negação da individualidade, pois ele retro-alimenta os interesses individuais e vice-versa.

Com isso, descartamos o caráter estático e atemporal atribuídos às comunidades e passamos a compreendê-las a partir de suas constituições em processo relacionais e dialógicos historicamente situados.

Na Psicologia Comunitária precisamos então, compreender como estes espaços socialmente, subjetivamente e intersubjetivamente são constituídos, configurados, transformados nas constituições das diversas comunidades para realizarmos nossos trabalhos nestes espaços que também nos incluirão em determinados momentos.

Portanto, nos diversos estudos apresentados anteriormente sobre as concepções de comunidade e os posicionamentos críticos em relação aos seus usos, nas áreas da psicologia, sociologia e saúde; os autores salientam a necessidade premente de se rever os princípios que norteiam os trabalhos em comunidade ou com comunidades.

É necessário lembrar que a concepção tradicional dos métodos de pesquisa nas ciências sociais foi desenvolvida sob condições de saturação tecnológica relativamente baixa. Para Gergen e Gergen (2000) as mais importantes das alternativas a serem buscadas seriam as chamadas *relacionais*. Pesquisas essas com metodologias cada vez mais sensíveis: ao relacionamento dos pesquisadores com seus sujeitos em processos dialógicos e co-constitutivos; relacionamentos dos pesquisadores com seus públicos como interdependentes, relacionamentos com negociações de pensamentos; e, enfim, como processo relacional. O objetivo de pesquisa torna-se então o de incitar o diálogo que pode sofrer contínua mudança conforme se move para uma rede extensa. Se apoiarmos as implicações da centralização cada vez maior nos processos

relacionais entre indivíduos – e concebermos essas implicações praticamente dentro das esferas emergentes das novas tecnologias – poderemos participar efetivamente da reconstrução das ciências sociais e da alteração das trajetórias das culturas das quais participamos.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Biddle, W. W. (1972). *Desenvolvimento da comunidade a redescoberta da iniciativa local*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
- Boyce, W. F. (2001). “Disadvantaged persons” participation in health promotion projects: some structural dimensions. *Social Science & Medicine*, 52, 1551-1564.
- Campos, R. H. F. (Org.). (1996). *Psicologia social comunitária – da solidariedade à autonomia*, (6ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Cronick, K. (2002). Community, subjectivity, and intersubjectivity. *American Journal of Community Psychology*, 30, 4, 529-544.
- Dubar, C. (2002). *La crisis de las identidades*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.). *Psicologia social comunitária – da solidariedade à autonomia*, (6ª ed.): (pp. 54-80). Rio de Janeiro: Vozes.
- Gergen, M. M. & Gergen, K. J. (2000) Qualitative inquiry tensions and transformations. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *Handbook of qualitative research* (pp. 1025-1046). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Jewkes, R. & Murcott, A. (1996). Meanings of community. *Social Science & Medicine*, 43, 4, 555-563.
- Kelly, K. J. & Van Vlaenderen. H. (1996). Dynamics of participation in a community health project. *Social Science & Medicine*, 42, 9, 1235-1246.
- Ministério da Saúde (1999a). Declaração de Alma Ata. *Promoção da Saúde*, 1, 1, 35-36.
- Ministério da Saúde (1999b). Carta de Ottawa para a promoção da Saúde. *Promoção da Saúde*, 1, 1, 36-39.
- Montero, M. (2000). Construcción, desconstrucción y crítica: teoría y sentido de la psicología social comunitaria en América Latina. In R. H. F. Campos & P. A. Guareschi, (Orgs.). *Paradigmas em psicologia social – a perspectiva Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Nilsen, O. (1996). Community health promotion: concepts and lessons from contemporary sociology. *Health Policy*, 36, 167-183.
- Petersen, A. & Lupton, D. (1996). *The new public health – health and self in the age of risk*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Prilleltensky, I. & Nelson, G. (2003). Community psychology: journeys in the global context. In I. Prilleltensky & G. Nelson. *Community psychology: in pursuit of well-being and liberation*. New York: Palgrave MacMillan. [On line] <http://people.vanderbilt.edu/~isaac.prilleltensky/teaching.html> (Acesso em: 20 out. 2003).
- Rorty, R. (1996) *Objetividad, relativismo y verdad. I*. Barcelona: Paidós
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.). *Psicologia social comunitária – da solidariedade à autonomia*. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Schwab, M. & Syme, S. L. (1997). On paradigms, community participation and the future of public health. *American Journal of Public Health*, 87, 12, 2049-2051.
- Simon, C. P. (2003). Promoção de saúde na comunidade: análise de relatos de experiências na literatura sob a perspectiva da psicologia crítica. Tese de Doutorado do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Tönnies, F. (1963). *Community & Society*. 1st ed. New York: Harper & Row Publishers.
- Woelk, G. B. (1992). Cultural and structural influences in the creation of and participation in community health programmes. *Social Science & Medicine*, 35, 4, 419-424.
- Zakus, J.D.L. & Lysack, C.L. (1998). Revisiting community participation. *Health Policy and Planning*, 13, 1, 1-12.

Recebido em: 14/06/2004. Aceito em: 14/04/2005.

Autoras:

Rosalina Carvalho da Silva – Professora Doutora do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, FFCLRP-USP.

Cristiane Paulin Simon – Psicóloga do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, FFCLRP-USP. Professora Doutora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Paulista, UNIP-Campus de Ribeirão Preto.

Endereço para correspondência:

ROSALINA CARVALHO DA SILVA
Departamento de Psicologia e Educação
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Av. dos Bandeirantes, 3900 – Campus Universitário
CEP 14040-901, Ribeirão Preto, SP, Brasil
E-mail: redsilva@ffclrp.usp.br